



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005942-88.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO**
 Embargante: **Ligia Terezinha Vilardi Soares**
 Embargado: **Ronaldnir Bertogna**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Ligia Terezinha Vilardi Soares opõe **embargos à execução de título extrajudicial** que lhe move Ronaldnir Bertogna, sustentando ausência de responsabilidade pelo pagamento do débito, pois nenhuma relação tem com os negócios havidos entre o embargado e o marido da embargante, de quem ela é separada judicialmente.

Impugnação às pp. 54/66, com impugnação à AJG, impugnação ao valor da causa, pedido de suspensão do processo enquanto não julgada ação pauliana movida pelo embargado contra a embargante e o co-executado, e, no mérito, pugnando-se pela rejeição dos embargos, alegando-se conluio entre os co-executados.

Sobre a impugnação, manifestou-se a embargante, pp. 70/73.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 920, II c/c art. 355, I, ambos do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

1005942-88.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A impugnação à AJG, articulada no corpo da impugnação aos embargos, será rejeitada, porquanto nenhuma prova - senão meras ilações e conjecturas - foi apresentada pelo embargado, que seja capaz de reverter a presunção que emerge da declaração de pobreza.

A impugnação ao valor da causa, também articulada no corpo da impugnação aos embargos, terá que ser rejeitada, vez que, como a pretensão da embargante é a sua exclusão do processo executivo, e, neste último, dela cobra-se o valor integral da dívida, correta está a atribuição de valor, nos embargos, igual ao da execução.

A ação pauliana referida pelo embargado não repercute sobre estes embargos, porque em caso de acolhimento daquela demanda a doação registrada no R.09 da matrícula, pp. 39, será anulada, retornando o bem ao patrimônio do co-executado, o que possibilitará, então, a constrição direta daquele bem por pertencer (a partir daí) ao co-executado, independentemente do resultado estes embargos.

Ingressa-se no mérito dos embargos para reconhecer a ilegitimidade passiva da embargante, no processo executivo.

A embargante foi incluída no pólo passivo da execução não porque seja devedora na relação cambial, e sim porque seria também responsável pela dívida, com base em dois argumentos expostos na inicial da execução, pp. 11/21, quais sejam (a) a embargante teria, juntamente com o co-executado, participado das negociações que deram origem à emissão da cártula exequenda, e teria sido beneficiária do negócio (b) o co-executado doou à embargante o imóvel objeto da mat. 33.417 do CRI, em fraude.

Sem razão o embargado na sua pretensão de mover a execução também diretamente contra a embargante, com base em tais alegações fáticas.

A execução foi distribuída em 10/03/2016, enquanto que a doação, do co-executado à embargante, do bem imóvel objeto da mat. 33.417 do CRI, ocorreu em 31/07/15, com o registro na matrícula em 39, conforme R.09 da matrícula, veja-se pp. 39. Inadmissível falar,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

considerada tal cronologia, em fraude à execução, instituto que pressupõe tenha a alienação ocorrido posteriormente ao ajuizamento da demanda, conforme preceitua o art. 593 do CPC-73.

Admite-se, em tese, tenha havido a fraude contra credores, mas o seu reconhecimento depende de ação judicial própria, exatamente a pauliana, referida pelo embargado em sua impugnação.

Quanto às alegações do embargado de que a embargante é também responsável pela dívida porque teria agido em conluio com o co-executado e seria beneficiária dos negócios jurídicos que deram origem à emissão da cártula exequenda, com todas as vênias a entendimento distinto, nota-se que, aqui, o embargado infringe a lei processual.

A execução está fundada no cheque, pp. 25/26, e a cártula é que autorizou o manejo direto da execução, com a constrição de bens, etc., sem prévia ação de conhecimento.

Mas o devedor do cheque é apenas o co-executado Antonio Dacio Barberio.

Não há título executivo, contra a executada.

A executada não poderia, então, ter sido incluída no pólo passivo da execução, pois não se enquadra em quaisquer dos incisos do art. 568 do CPC-73: não é devedora reconhecida como tal no título executivo; não é espólio, herdeira ou sucessora do co-executado; não é nova devedora que assumiu a obrigação resultante do título executivo; não é fiadora.

Veja-se a confusão estabelecida, no que toca à causa de pedir da inicial da execução: ao mesmo tempo em que invoca-se o cheque como título executivo para com base nele mover ação sem prévia fase de conhecimento, trazem-se diversas alegações típicas de uma ação de conhecimento para afirmar a responsabilidade da embargante, que seria também devedora. Só que se a embargante é devedora, é devedora com base em fatos não corporificados no título executivo, que não autorizam a execução diretamente contra si sem prévia ação de conhecimento (hipóteses fora do rol do art. 568 do CPC-73) e, portanto, não poderia ter sido diretamente alvo da execução forçada.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Também não se admite a afirmação de sujeição passiva da embargante à execução porque a separação judicial dela com o co-executado seria uma fraude, um conluio, uma simulação. Tal alegação não está enquadrada na hipótese do art. 592, IV do CPC-73, porque está admitindo como premissa uma simulação, que também deve ser comprovada e não tem amparo no título executivo ou estado da pessoa. Saliente-se que não foi produzida prova documental da simulação com a inicial do processo executivo, o que significa que seria necessária prova oral, incompatível com o processo de execução. Realizar tal prova oral agora seria manejar expediente de modo a suprir um vício insanável que se apresentou já com a propositura da execução, o que não se admite.

A embargante é parte ilegítima no processo de execução.

Ante o exposto, **acolho os embargos e excluo a embargante do pólo passivo da execução**, **CONDENANDO** o embargado nas custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 2.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 03 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**